

Cláusulas podem agravar situação

De acordo com o depoimento do procurador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Ferraz, à Comissão Mista do Senado que examina os aspectos jurídicos da dívida externa, haveria, a princípio, um tópico de ordem formal: o fato de o processo de renovação do endividamento não haver tramitado pelo Congresso Nacional. "Entendia-se que isso era matéria da competência do Poder Executivo", disse. "Alegava-se de maneira profundamente sinuosa, absolutamente viciosa, com os termos da própria Constituição".

Segundo Sérgio Ferraz, o exame dos acordos celebrados, em 1983, para renovação da dívida externa, causa impacto, quando não chega a causar arrepio. "Certos tipos de cláusulas são, não apenas violadoras da Constituição, mas violadoras do próprio bom-senso e mostram a posição extremamente submissa com que os negociadores buscavam renovar o nosso processo de endividamento", afirma. "Há quatro ou cinco cláusulas que sempre estão presentes e que merecem exame".

CLAUSULAS

A primeira dessas cláusulas, na avaliação de Sérgio Ferraz, é a que diz textualmente que os convenentes brasileiros se obrigam, por força do acordo, a não alegarem a nulidade do pacto. "Entrega-se, portanto, o conveniente, de armas e braços inteiramente atados, aque-

ro", comenta. "Qualquer nulidade que lá esteja, renuncia-se previamente, antecipadamente, à alegação dessa nulidade perante qualquer tribunal nacional ou internacional".

Outra cláusula apontada e, segundo Sérgio Ferraz, extremamente comum nesses acordos, é a da aplicação do direito estrangeiro. "Elege-se, em geral, o direito vigente no Estado de Nova Iorque", diz ele. "Porém, muito mais sério do que isso, além de renunciar à aplicação de um determinado direito e de, sobretudo, um direito brasileiro, abre-se mão da jurisdição. A cláusula de imunidade de jurisdição é absolutamente inconstitucional. Os juristas, que antes tentavam sustentar a posição do Governo, afirmam que esse tópico todo da dívida externa estava encerrado naquilo que eles denominavam jus gestionis, direito de gestão. E, no direito de gestão, gestão negocial, seria válida a renúncia à jurisdição; seria válida a cláusula de imunidade de jurisdição.

Para Sérgio Ferraz, porém, o argumento baseado no direito de gestão não resiste ao mínimo exame. "Em primeiro lugar, jurisdição é poder estatal. Integra exatamente o mecanismo de poder de uma determinada estrutura estatal: Legislativo, Executivo e Judiciário são os pilares de qualquer conformação estatal. Abrir-se mão da incidência de um desses pilares, é abrir mão de um dos fatores componentes do conceito de soberania.

Consequentemente, trata-se de uma violação de gravidade insólita, na medida em que a soberania é um apanágio constitucionalmente previsto sob o vínculo da irrenunciabilidade".

EXECUÇÃO

O procurador lembra também que, nesses acordos, há cláusulas de arbitragem tradicionais em todas as relações internacionais. "Há, entretanto, uma peculiaridade nesses contratos alusivos à dívida externa: além de se eleger o direito estrangeiro e, mais particularmente, o direito de Nova Iorque para resolver eventuais litígios, a cláusula de arbitragem prevê que na hipótese de empate entre os árbitros eleitos, o desempatador seja um árbitro eleito pelo credor, o que realmente, já resolve o problema antecipadamente. E isso não é tradição do direito internacional. Em direito internacional público, a arbitragem, se houver um impasse, convoca um arbitrador neutro".

Uma última cláusula apontada por Sérgio Ferraz é a que prevê a possibilidade de execução da dívida sobre o patrimônio público, com a exclusão tão apenas daqueles que estejam afetados às repartições públicas, ao funcionamento dos poderes públicos. "Isso significa que todo um enorme território nacional está sujeito, juridicamente, à execução da dívida externa em razão dessa participação", comenta.